CURRÍCULO, CULTURA E IDENTIDADE: A BNCC E A VALORIZAÇÃO DOS VALORES REGIONAIS E NACIONAIS

PATRICIA REGINA VASSALLO GAMBINI

RESUMO
Este artigo analisa criticamente a relação entre currículo, cultura e identidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com foco na valorização dos valores culturais, artísticos, regionais e nacionais na educação básica brasileira. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental da BNCC, da Constituição Federal de 1988, do Plano Nacional de Educação e de produções acadêmicas sobre diversidade, políticas curriculares e cidadania. Discute-se como a BNCC, ao estabelecer aprendizagens essenciais e competências gerais, busca promover equidade educacional e formação integral, mas também pode intensificar processos de centralização curricular e homogeneização pedagógica. Os resultados evidenciam tensões entre padronização nacional e autonomia escolar, especialmente no que se refere à inclusão de saberes locais e à promoção da diversidade cultural. Conclui-se que a efetiva valorização da identidade cultural no currículo depende da mediação crítica de docentes, políticas públicas inclusivas e práticas pedagógicas contextualizadas, capazes de equilibrar diretrizes nacionais e especificidades regionais.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC, Cultura, Identidade, Currículo, Valores Culturais.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira é historicamente atravessada por tensões entre universalização do ensino, garantia de direitos educacionais e reconhecimento da ampla diversidade cultural, social, econômica e regional que caracteriza o país. Em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais, pluralidade étnica, multiplicidade territorial e diferentes formas de produção cultural, a organização curricular assume papel estratégico não apenas na transmissão de conhecimentos, mas também na formação de identidades, valores sociais e cidadania.

O currículo, nesse sentido, constitui uma construção política e cultural que reflete disputas sobre quais conhecimentos são considerados legítimos, quais culturas devem ser valorizadas e quais sujeitos são reconhecidos como participantes plenos do processo educativo. Como destaca Silva (2005), o currículo não é neutro; ele expressa relações de poder, seleção cultural e projetos sociais. Dessa forma, discutir currículo implica analisar profundamente como políticas educacionais moldam práticas pedagógicas e influenciam processos de inclusão ou exclusão.

Nesse cenário, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 para Educação Infantil e Ensino Fundamental e posteriormente ampliada para outras etapas, surge como documento normativo central da política educacional brasileira. Seu objetivo declarado é definir aprendizagens essenciais comuns a todos os estudantes da educação básica, estabelecendo referência nacional para elaboração curricular e buscando assegurar equidade, qualidade e unidade educacional (BRASIL, 2018).

Segundo o próprio documento, a BNCC representa "uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas" (BRASIL, 2018, p. 5). Tal proposta busca alinhar diferentes sistemas de ensino em torno de direitos de aprendizagem e competências gerais, promovendo integração entre políticas curriculares, formação docente, avaliação e gestão educacional.

Entretanto, a implementação da BNCC suscita debates intensos no campo acadêmico e educacional. Se, por um lado, a proposta busca democratizar o acesso a aprendizagens fundamentais, por outro, sua centralização curricular pode produzir processos de homogeneização, padronização e redução da autonomia escolar. Dourado e Oliveira (2018) argumentam que a BNCC pode fortalecer mecanismos de regulação nacional e intensificar a subordinação curricular às avaliações externas, favorecendo controle político e administrativo sobre práticas educativas.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 já estabelecia que a educação nacional deveria assegurar formação básica comum respeitando valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (BRASIL,

1988). Isso significa que políticas curriculares brasileiras precisam equilibrar unidade nacional e diversidade sociocultural, evitando modelos exclusivamente padronizados que invisibilizem experiências regionais, locais e comunitárias.
Ferreira (2016) ressalta que o conceito de diversidade, embora presente nas políticas curriculares contemporâneas, envolve complexas relações de poder. A autora observa que reconhecer a diversidade não significa automaticamente garantir inclusão efetiva, pois muitas vezes ela pode ser apropriada de forma superficial, sem transformar estruturas excludentes.
Nesse contexto, pensar currículo, cultura e identidade exige compreender como políticas nacionais podem simultaneamente promover inclusão e reforçar exclusões, dependendo de sua formulação, implementação e mediação pedagógica.
Diante desse cenário, este artigo busca analisar criticamente como a BNCC articula currículo, cultura e identidade, investigando de que forma sua estrutura normativa impacta a valorização de valores regionais e nacionais. Pretende-se compreender como a centralização curricular dialoga com princípios constitucionais de diversidade cultural e como políticas públicas, autonomia docente e práticas pedagógicas contextualizadas podem contribuir para uma formação integral, cidadã e plural.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental. Tal abordagem foi escolhida por possibilitar análise aprofundada de discursos, normativas e produções acadêmicas, permitindo compreender dimensões políticas, sociais, culturais e educacionais presentes na formulação da BNCC.
A pesquisa qualitativa possibilita interpretação crítica de fenômenos educacionais complexos, especialmente quando relacionados à construção curricular, identidade cultural e diversidade, aspectos que não podem ser reduzidos a indicadores quantitativos.
Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo foi estruturado em três eixos principais:
a) Análise documental

Foram analisados documentos normativos fundamentais, incluindo:
Constituição Federal de 1988;
Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
Plano Nacional de Educação (PNE);
Diretrizes e legislações complementares do Ministério da Educação.

Essa etapa permitiu identificar princípios legais, fundamentos pedagógicos e diretrizes curriculares relacionados à valorização cultural, identidade e cidadania.
Revisão bibliográfica
Foi realizada revisão de literatura com base em autores nacionais que discutem:
Currículo;
Diversidade cultural;
Identidade;
Políticas curriculares;
Regulação educacional.

Entre os principais autores utilizados estão:
Ferreira (2016);
Dourado e Oliveira (2018);
Freitas (2014);
Macedo (2012);
Santos e Nunes (2020);
Silva (2005);
Moreira e Candau (2008).
Análise de conteúdo temática
Os documentos e produções teóricas foram examinados por meio de análise de conteúdo, buscando identificar categorias centrais como:
Centralização curricular;
Diversidade cultural;
Formação cidadã;
Autonomia docente;
Identidade regional;
Inclusão social.

A triangulação entre análise documental, revisão bibliográfica e interpretação crítica garantiu maior rigor científico, permitindo compreender não apenas o conteúdo normativo da BNCC, mas também suas contradições políticas e impactos pedagógicos.

BNCC, CURRÍCULO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) constitui-se como um dos principais marcos regulatórios da educação básica brasileira contemporânea, assumindo papel central na definição das aprendizagens essenciais que devem orientar os currículos escolares em todo

o território nacional. Ao estabelecer competências gerais e habilidades específicas para as diferentes etapas da educação, a BNCC busca promover equidade, qualidade e formação integral, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a direitos de aprendizagem comuns, independentemente de sua localização geográfica ou condição social (BRASIL, 2018).

A proposta da BNCC emerge em um contexto de profundas desigualdades educacionais, sociais e regionais, sendo apresentada como instrumento de organização nacional capaz de reduzir

étnicos, territoriais e sociais. Assim, o currículo escolar precisa reconhecer e incorporar essa pluralidade, promovendo práticas pedagógicas que articulem conteúdos nacionais às experiências culturais concretas dos estudantes. A valorização regional fortalece identidades locais, amplia o senso de pertencimento, preserva tradições culturais e contribui para a formação cidadã.

Entretanto, a centralização curricular da BNCC pode limitar essas possibilidades quando prioriza competências e habilidades uniformizadas para todo o território nacional. Embora a proposta nacional tenha como objetivo garantir equidade, existe o risco de redução das experiências regionais a elementos periféricos ou secundários.

Ferreira (2016) destaca que a diversidade deve ser compreendida em sua complexidade política, histórica e social. Não basta mencioná-la formalmente; é necessário integrá-la estruturalmente às práticas educativas. Isso exige autonomia pedagógica, formação docente crítica e políticas públicas comprometidas com inclusão efetiva.

Santos e Nunes (2020) reforçam que populações do campo, comunidades tradicionais e grupos historicamente marginalizados frequentemente permanecem subrepresentados em políticas curriculares centralizadas. Essa realidade evidencia a necessidade de vigilância político-pedagógica permanente para assegurar que o currículo contemple efetivamente as múltiplas identidades brasileiras.

A escola desempenha papel estratégico nesse processo ao articular conhecimentos acadêmicos com saberes comunitários, tradições regionais, manifestações artísticas e práticas socioculturais locais. A integração entre valores nacionais e regionais fortalece abordagens interdisciplinares e amplia a relevância social da aprendizagem.

Dessa forma, a valorização dos valores regionais não representa oposição à formação nacional, mas condição essencial para uma educação plural, democrática e culturalmente significativa. A BNCC pode servir como referência estruturante, desde que sua implementação preserve flexibilidade suficiente para garantir práticas contextualizadas e inclusivas.

EDUCAÇÃO, CULTURA E CIDADANIA NA FORMAÇÃO INTEGRAL

A articulação entre educação, cultura e cidadania constitui fundamento central da formação integral proposta pela BNCC. Ao definir competências gerais que envolvem conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, o documento amplia a noção de currículo para além da transmissão de conteúdos, incorporando dimensões éticas, sociais, culturais e políticas (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, a cidadania é concebida como exercício crítico de participação social, respeito à diversidade, atuação ética e compreensão dos direitos e deveres democráticos. A cultura, por sua vez, desempenha papel essencial nesse processo, pois constitui base para construção identitária, pertencimento social e reconhecimento das pluralidades que compõem a sociedade brasileira.

A escola assume papel central na promoção dessa formação ao desenvolver práticas pedagógicas que integrem saberes acadêmicos, experiências culturais locais, valores democráticos e reflexão crítica. Quando o currículo incorpora múltiplas expressões culturais e sociais, amplia-se a capacidade dos estudantes de compreender suas próprias realidades e dialogar com diferentes perspectivas.

Portanto, educação, cultura e cidadania devem ser compreendidas como dimensões inseparáveis da formação escolar. A consolidação de uma educação democrática exige currículos que não apenas transmitam conhecimentos, mas fortaleçam identidades, valorizem culturas diversas e promovam sujeitos críticos, participativos e socialmente comprometidos.

FORMAÇÃO DOCENTE, AUTONOMIA PEDAGÓGICA E IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR

A efetividade da BNCC na promoção de uma educação democrática, plural e culturalmente significativa depende diretamente da atuação dos profissionais da educação, especialmente dos docentes, que assumem papel central na mediação entre diretrizes normativas nacionais e realidades escolares concretas. Embora a Base estabeleça parâmetros curriculares comuns, sua materialização no cotidiano escolar não ocorre de forma automática, sendo profundamente influenciada pelas interpretações pedagógicas, pelas condições institucionais e pela formação crítica dos educadores.

Nesse contexto, a formação docente torna-se elemento estruturante para que a BNCC não seja reduzida a mera reprodução técnica de competências e habilidades. Professores são responsáveis por contextualizar conteúdos, selecionar estratégias pedagógicas, reconhecer especificidades socioculturais dos estudantes e promover práticas educativas que articulem conhecimentos nacionais às realidades locais. Dessa forma, a autonomia pedagógica constitui dimensão indispensável para transformar prescrições curriculares em experiências educativas significativas.

Segundo Moreira e Candau (2008), práticas pedagógicas culturalmente sensíveis exigem formação docente capaz de reconhecer a escola como espaço de diversidade, multiculturalismo e disputas simbólicas. Isso implica compreender que o currículo não se limita a conteúdos formais, mas também envolve representações sociais, relações de poder e processos de legitimação cultural. Assim, a formação inicial e continuada dos professores precisa contemplar reflexões críticas sobre identidade, diversidade, inclusão e justiça social.

Entretanto, políticas curriculares centralizadas frequentemente associam a implementação da BNCC a processos de padronização pedagógica, materiais uniformizados e avaliações externas, o que pode limitar a autonomia docente. Dourado e Oliveira (2018) alertam que mecanismos de regulação educacional excessivamente centralizados podem transformar professores em executores de prescrições curriculares, reduzindo sua capacidade crítica e sua função intelectual no processo educativo.

Freitas (2014) também observa que reformas orientadas por desempenho e responsabilização tendem a intensificar pressões sobre docentes, subordinando práticas pedagógicas a indicadores quantitativos e metas institucionais. Sob essa lógica, a autonomia profissional pode ser enfraquecida, comprometendo possibilidades de inovação, contextualização curricular e valorização cultural.

Por outro lado, quando respaldada por políticas públicas inclusivas e programas sólidos de formação continuada, a BNCC pode servir como instrumento orientador sem inviabilizar a flexibilidade pedagógica. A autonomia docente não significa ausência de diretrizes, mas capacidade crítica de reinterpretá-las de acordo com necessidades concretas dos estudantes e das comunidades escolares.

A implementação curricular exige ainda condições estruturais adequadas, investimentos em formação profissional, recursos pedagógicos, valorização da carreira docente e participação coletiva na construção dos projetos político-pedagógicos. A escola, enquanto instituição social, precisa articular currículo formal, diversidade cultural e experiências comunitárias, garantindo que as diretrizes nacionais dialoguem com práticas locais.

Portanto, a construção de currículos verdadeiramente inclusivos depende da valorização dos professores como sujeitos intelectuais e agentes de transformação social. A formação docente crítica e a autonomia pedagógica são condições fundamentais para que a BNCC contribua efetivamente para a promoção da cidadania, da diversidade e da formação integral, evitando que a centralização normativa se traduza em homogeneização educacional.

POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUSÃO SOCIAL E OS DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

A relação entre currículo, cultura e identidade não pode ser analisada de forma isolada das políticas públicas que estruturam a educação nacional. A BNCC, enquanto política curricular, integra um conjunto mais amplo de estratégias governamentais voltadas à organização da educação básica, à promoção de equidade e à redução das desigualdades educacionais. Contudo, sua efetividade depende diretamente da articulação com políticas de inclusão social, financiamento educacional, formação docente, gestão democrática e reconhecimento da diversidade.

A Constituição Federal de 1988 e o Plano Nacional de Educação estabelecem princípios fundamentais para uma educação orientada pela justiça social, igualdade de oportunidades e valorização das diferenças culturais. Nesse sentido, políticas curriculares precisam dialogar com esses marcos legais para assegurar não apenas acesso à escola, mas permanência, aprendizagem significativa e reconhecimento identitário.

Entretanto, a implementação de políticas educacionais no Brasil ocorre em um cenário historicamente marcado por desigualdades regionais, exclusão social, disparidades econômicas e assimetrias estruturais. Essas condições impactam diretamente a capacidade das escolas de operacionalizar propostas curriculares de maneira equitativa.

Macedo (2012) argumenta que políticas universalizantes frequentemente desconsideram desigualdades estruturais, criando a ilusão de igualdade formal enquanto persistem profundas diferenças materiais e culturais entre grupos sociais. Assim, a simples definição de competências comuns não garante justiça educacional se não houver políticas complementares que enfrentem desigualdades históricas.

Santos e Nunes (2020) reforçam que grupos como populações do campo, comunidades tradicionais, povos indígenas e outros segmentos marginalizados frequentemente enfrentam barreiras adicionais para o reconhecimento de suas identidades e saberes nos currículos oficiais. Essa realidade evidencia que políticas públicas educacionais precisam incorporar mecanismos concretos de inclusão e representatividade.

A gestão democrática da educação também desempenha papel fundamental nesse processo. A participação de comunidades escolares, famílias, educadores e movimentos sociais na elaboração e adaptação curricular fortalece práticas mais inclusivas e socialmente referenciadas. Quando políticas públicas são formuladas de maneira excessivamente centralizada, sem diálogo com sujeitos escolares, aumenta-se o risco de distanciamento entre normativas oficiais e realidades educacionais concretas.

Além disso, políticas de financiamento e infraestrutura são indispensáveis para garantir implementação curricular efetiva. A valorização da diversidade cultural e regional requer investimentos em materiais pedagógicos contextualizados, formação especializada, recursos didáticos e apoio institucional.

Barbosa, Martins e Mello (2019) ressaltam que reformas curriculares frequentemente sofrem influências econômicas e políticas que podem limitar processos democráticos, priorizando interesses administrativos em detrimento das necessidades sociais. Dessa forma, a defesa de uma educação democrática exige vigilância crítica constante sobre os rumos das políticas públicas.

Portanto, a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva depende da articulação entre currículo, políticas públicas e justiça social. A BNCC pode representar importante instrumento de

zação curricular nacional. Ao incorporar competências relacionadas à cidadania, diversidade e formação integral, reconhece dimensões importantes da educação contemporânea.
Entretanto, suas contradições tornam-se evidentes quando observados os processos de centralização curricular, homogeneização de conteúdos e fortalecimento de mecanismos de avaliação e regulação educacional.
Esses fatores podem comprometer:

- Autonomia escolar;
- Valorização regional;
- Diversidade cultural;
- Inclusão efetiva;
- Formação crítica.

A efetiva valorização de valores regionais e nacionais depende da capacidade de políticas públicas e práticas pedagógicas de transformar diretrizes normativas em experiências contextualizadas, democráticas e socialmente referenciadas.
O currículo precisa ser compreendido como espaço de construção identitária, cultural e cidadã, e não apenas como instrumento técnico de padronização educacional. Dessa forma, conclui-se que:

- A BNCC pode contribuir para justiça educacional, desde que mediada criticamente;
- A diversidade cultural precisa ser incorporada de forma estrutural e não apenas discursiva;
- A autonomia docente é indispensável para contextualização curricular;
- A valorização regional fortalece identidade, pertencimento e pluralidade;
- A educação democrática exige equilíbrio entre unidade nacional e especificidades locais.

Portanto, uma educação verdadeiramente inclusiva requer currículos capazes de integrar saberes nacionais e regionais, promover cidadania crítica e reconhecer a diversidade como fundamento da formação humana.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. F. M.; MARTINS, R. L. D. R.; MELLO, A. S. A educação infantil na Base Nacional Comum Curricular: avanços e retrocessos. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 6, n. 10, p. 147-172, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/. Acesso em: 01 mai, 2026.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação educacional. In: AGUIAR, Marcia Angela da Silva; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024. Recife: ANPAE, 2018.

FERREIRA, Windyz Brazão. O conceito de diversidade na BNCC: relações de poder e interesses ocultos. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 299-319, 2016.
FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, 2014.

MACEDO, Elizabeth. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 716-757, 2012.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro. Salvador: Edufba, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.